

**Petrobrás
quer
aumentar
os preços.
De novo.**

Menos de 20 dias depois do último aumento dos combustíveis, o presidente da Petrobrás, Osires Silva, já quer um novo reajuste, para compensar perdas com a desvalorização do cruzado em 8,49%, anunciada na quinta-feira pelo novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira. A estatal mais afetada pela mididesvalorização foi a Petrobrás.

Justamente para discutir os efeitos da mídi e a necessidade de um novo reajuste dos derivados do petróleo, o presidente da estatal esteve ontem durante três horas com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, acompanhado do presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), general Roberto França Domingues.

Cálculos preliminares da Petrobrás indicam que ela voltou a perder de US\$ 3,5 a US\$ 4 milhões por dia (Cz\$ de 96 a Cz\$ 110 milhões) ou até US\$ 120 milhões em um mês (Cz\$ 3,3 bilhões), com a mididesvalorização, pois recebe Cz\$ 21,84 por dólar-petróleo e paga Cz\$ 27,592 por dólar para importar. Desde janeiro deste ano, os derivados já subiram 67,76%, enquanto o dólar oficial cresceu 84,7% e a inflação, até abril, subiu 77%.

Depois de negar que pretenda renunciar à presidência da Petrobrás em razão da política de preços adotada com o beneplácito do ministro Aureliano Chaves, Osires disse que, no momento, estava falando "para dentro", discutindo os problemas com as autoridades do ministério.

A Eletrobrás, que está com a sua remuneração dentro do previsto para este ano, com um reajuste acumulado das tarifas de 125,84%, sofreu o impacto da mídi mais no seu endividamento em cruzados, que supera a casa dos US\$ 10 bilhões e que cresceu, assim, de um só golpe, em 7,5%, US\$ 750 milhões.

Outras estatais como a Telebrás e os Correios e Telégrafos não perderam praticamente nada com a mididesvalorização, pois apresentam endividamento incipiente em moedas estrangeiras, não dependem de importações e obtêm com as tarifas todos os recursos para investimentos.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em sua primeira reunião de trabalho com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, defendeu ontem reajustes reais para os preços dos combustíveis e tarifas de energia elétrica. Aureliano também discutiu com Bresser a liberação da primeira parcela de Cz\$ 4 bilhões dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) de um total de Cz\$ 30 bilhões, destinados a investimentos do sistema Eletrobrás em 1987.

À saída, o presidente da Petrobrás disse que "não é agradável", mas o governo terá de reajustar os preços dos derivados do petróleo, acompanhando a desvalorização do cruzado em relação ao dólar — acelerada com a mídi da semana passada — e a elevação de custos da Petrobrás. Osires Silva observou que "o aumento de 85% concedido ontem para o álcool a nível de produtos também será repassado ao consumidor. O impacto, a nível de consumidor do álcool combustível, será de 45%", adiantou.

O ministro das Minas e Energia frisou que não veio se encontrar com Bresser para "atropelá-lo" com pedidos e reivindicações para serem implementados rapidamente. Aureliano Chaves informou que discutiu genericamente a questão da política tarifária para a Eletrobrás e Petrobrás.

Os cálculos da mídi

A mididesvalorização do cruzado, determinada pelo governo na última sexta-feira, representou, na verdade, a correção da defasagem cambial calculada pelos técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central, ainda na gestão Dílson Funaro — e foi aceita pelo novo ministro, Bresser Pereira.

O cálculo partiu do pressuposto de que o referencial para a correção cambial não é a inflação medida pelo IPC ou INPC, mas o IPA industrial, cujo impacto é direto sobre os custos da produção para exportação. Segundo o entendimento da área econômica do governo, somente um dos itens dos custos da produção destinada à exportação deve ser corrigido pela inflação, que é o salário. E este tem um peso reduzido no cálculo desses custos.

Garantem o Ministério da Fazenda e o Banco Central que, nos últimos doze meses, inclusive durante todo o período do Plano Cruzado, o IPA industrial, que é um dos componentes do IPA-DI (Índice dos Preços no Atacado — Disponibilidade Interna) variou persistentemente abaixo da inflação medida pelo INPC, não se justificando, portanto, que o reajuste cambial seguisse o mesmo referencial.

O governo também não levou em consideração o argumento dos exportadores de que mesmo considerando o IPA industrial, todos os índices sofreram enormes distorções durante a maior parte do período de vigência do Plano Cruzado, em decorrência da cobrança generalizada do ágio nas aquisições de matérias-primas, e que não era captada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), órgão encarregado de calcular o índice.

Quando a Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), e outras instituições que reúnem exportadores e suas empresas, reclamam uma correção cambial adicional de 25% como necessária para eliminar a defasagem, levam em conta justamente a incorporação do ágio como fator de pressão sobre os custos da produção destinada à exportação, e que deixou de ser considerada nos cálculos do governo.

Aproveitando a próxima reunião do Concex — Conselho Nacional do Comércio Exterior —, os exportadores vão propor ao governo que os 16% restantes da defasagem cambial sejam concedidos em mais duas mididesvalorizações de 8%, a primeira em julho e a segunda em setembro.

Contudo, uma corrente de exportadores à qual se filia o presidente da Abinee — Associação Brasileira da Indústria de Eletro Eletrônica — Paulo Vellinho, advoga que, em vez de compensar a defasagem cambial através de mididesvalorizações, deveria o governo conceder um incentivo especial e temporário aos exportadores, garantindo-lhes adequada remuneração e, ao mesmo tempo, evitando as pressões inflacionárias decorrentes de correções cambiais, e que acabam afetando o próprio setor exportador. O governo, no entanto, não demonstrou entusiasmo pela sugestão.